



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008264-18.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória**
Requerente: **LUIZ FERNANDO PARRA**
Requerido: **SILVIA APARECIDA FONTANA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor visa à condenação da ré ao pagamento de quantia que lhe deve.

Os documentos de fls. 07/09 fundamentam o pedido do autor, neles constando diversos produtos que teriam sido adquiridos pela ré.

Em tais documentos constam assinaturas cuja autenticidade não foi refutada pela ré, ademais.

Ela na verdade em contestação procurou eximir-se da responsabilidade relativa aos produtos já aludidos, mas sua explicação não contou com o apoio de um indício sequer.

Inexistem nesse contexto provas documentais que denotem o pagamento parcial da dívida ou que apontem para elemento que afaste o liame entre a ré e os fatos trazidos à colação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Designada audiência de instrução e julgamento, outrossim, nenhuma prova oral foi produzida.

O panorama traçado evidencia que de um lado há dados concretos que militam em favor do autor e, de outro, que nada beneficia a ré.

O acolhimento da postulação formulada transpõe em consequência de rigor, com duas ressalvas.

A primeira é a de que o valor de R\$ 285,98, inserto no cálculo de fl. 02, deverá ser excluído porque nesta sede não se cogita, ao menos por ora, da incidência de honorários advocatícios.

A segunda consiste na exclusão dos juros moratórios já computados, porquanto sua incidência tem como termo inicial a citação da ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.254,30, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**